prévia licença passada pela Direcção dos Serviços Urbanos e sem que tragam coleiras que os identifiquem.

§ único. As disposições deste artigo applicam-se não só aos cães das pessoas residentes na Beira, mas ainda aos dos passageiros em trânsito ou das pessoas que eventualmente permaneçam nesta cidade.

Art. 2.º As licenças a que se refere o artigo anterior não podem ser passadas sem que previamente sejam cumpridas as providências e prescrições de sanidade pecuária que estejam ou venham a estar em vigor no território.

Art. 3.º As licenças a que se refere o artigo 1.º podem ser anuais ou semestrais.

§ 1.º Pelas licenças anuais será devida a taxa de 2\$25 (ouro) e pelas semestrais a de 1\$70.

§ 2.º As licenças nunca poderão ser passadas por períodos inferiores a seis meses.

§ 3.º As licenças serão intransmissíveis.

Art. 4.º Para a concessão das licenças a que se refere o artigo anterior é obrigatória a apresentação, na Direcção dos Serviços Urbanos, de uma coleira, na qual, mediante o pagamento do respectivo custo, será fixada uma chapa metálica contendo gravados o número da licença e a data da mesma.

Art. 5.º Os cães que forem encontrados nas ruas e lugares públicos sem a competente coleira e sem licença serão agarrados e conduzidos a um canil para esse fim preparado e aí mantidos durante o prazo de setenta e duas horas.

Art. 6.º Durante o prazo a que se refere o artigo anterior ficarão os cães à disposição dos seus donos, que, desde que os reclamem, têm mais vinte e quatro horas para os retirarem.

Art. 7.º Os cães retidos só poderão ser retirados pelos seus donos se estes, nos prazos designados nos artigos anteriores, pagarem no Commissariado da Polícia não só a despesa feita com os animais, à razão de \$10 diários, como também a licença e a chapa da coleira, se forem devidas, e uma multa de 3\$ por cada animal.

§ único. As multas serão elevadas ao dobro nos casos de reincidência e constituirão, em parte iguais, receita dos Serviços Urbanos e do Commissariado de Polícia.

Art. 8.º Passados os prazos a que se referem os artigos 5.º e 6.º serão mortos os cães que se encontrem no canil ou vendidos em leilão os que forem de raça ou estimação, revertendo o produto da venda a favor do cofre dos Serviços Urbanos.

Art. 9.º Compete ao pessoal da guarda policial e aos fiscais dos Serviços Urbanos a fiscalização sobre a rigorosa execução do que estabelecem os artigos anteriores, podendo exigir a apresentação das licenças, autuar os transgressores e deter e conduzir para o canil os cães que forem encontrados sem a coleira ou competente licença.

§ único. Ao commissário de polícia compete a imposição das multas consignadas neste regulamento e mandar proceder a rugas nas ruas e lugares públicos da cidade, a fim de ser dada caça aos cães que se encontrem em contravenção deste regulamento, bem como determinar tudo o mais que for necessário para a sua execução.

Art. 10.º As importâncias cobradas pelo Commissariado de Polícia por força do disposto nos artigos 7.º e 8.º, descontada a parte a que se refere o § único do artigo 7.º, serão mensalmente entregues na Direcção dos Serviços Urbanos.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1920.— O Ministro das Colónias, *Fernando Pais Teles de Utra Machado*.

Direcção Geral de Fazenda

4.ª Repartição

Por ter saído com inexactidão novamente se publica a portaria n.º 2:254, de 21 de Abril de 1920, inserta no *Diário do Governo* n.º 83, 1.ª serie, da mesma data.

Portaria n.º 2:254

Tendo-se reconhecido a necessidade de modificar a portaria n.º 1:764, de 6 de Maio de 1919, que aumentou os subsídios a abonar aos funcionários obrigados a demora em portos de escala, nacionais ou estrangeiros, aguardando transporte;

Considerando que as actuais condições de vida material, consideravelmente agravadas para quem viaja, impedem a conveniência de os subsídios serem extensivos às famílias dos mesmos funcionários;

E sendo indispensável prevenir as diferentes hipóteses em que os subsídios devem ser concedidos e aquelas em que os consulados de Portugal deverão intervir, quanto ao abono de transportes:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, como medida transitória, observar o seguinte:

Artigo 1.º Os subsídios diários, por motivo de viagem, são:

Em território nacional

Funcionários com direito a passagem:

Em 1.ª classe — 5\$.

Em 2.ª classe — 3\$.

Em 3.ª classe — 1\$60.

Em território estrangeiro

Funcionários com direito a passagem:

Em 1.ª classe — £ 2.

Em 2.ª classe — £ 1.

Em 3.ª classe — £ 1/2.

§ único. O pagamento dos subsídios, em território estrangeiro, terá lugar:

a) Sendo feito na metrópole ou nas colónias portuguesas de África, em libras-cheque, ao câmbio dos dias a que os mesmos subsídios respeitem;

b) Sendo feito nas colónias portuguesas do Oriente ou nos diferentes consulados de Portugal, pela seguinte equivalência de cada libra com relação aos territórios em que os subsídios se vencerem:

Países ingleses da Europa e Egipto, libra ouro ou notas; Espanha, 25 pesetas; França, 25 francos; Itália, 25 liras; África Oriental Inglesa, Aden, Índia Inglesa e Ceilão, 15 rupias; Estreitos, China (compreendendo Hong-Kong e Xangai) e Japão, 11 patacas; Índias Neerlandesas, 12 1/2 florins; Estados Unidos da América do Norte e Filipinas, 5 dólares.

Art. 2.º Os funcionários que, tendo começado a viagem por terra, chegarem ao primeiro porto de embarque com mais de dois dias de antecipação sobre a data conhecida da saída do vapor só terão direito ao competente subsídio com relação a dois dias; no caso, porém, de a saída do vapor não se realizar no dia marcado, por alterações que não sejam do conhecimento dos funcionários, produzidas durante o começo da sua viagem por terra ou depois da sua chegada ao referido porto de embarque, têm direito, além daquele subsídio de dois dias, ao de tantos dias quantos forem os da demora até a saída do vapor.

Art. 3.º Quando a demora a que se refere a última parte do artigo antecedente não se produzir por sucessivos adiamentos da data da partida e haja antecipado conhecimento de que ela será superior a quinze dias, os funcionários em trânsito só têm direito ao competente subsídio se os consulados de Portugal respectivos reco-

nhecere, o que certificarão nas guias de marcha ou passaportes, que esse abono é mais económico do que o regresso dos funcionários ao ponto de partida e a sua nova e oportuna ida ao mesmo porto de embarque, ou que não há possibilidade para os funcionários de seguirem ao seu destino por outra via que não seja mais dispendiosa.

Art. 4.º As disposições dos artigos 2.º e 3.º são extensivas aos funcionários que começarem a sua viagem, por mar, de Pangim ou Mormugão para Bombaim e de Macau para Hong-Kong.

Art. 5.º Os funcionários em trânsito que precisem de aguardar transporte em portos de escala têm direito ao competente subsídio diário, quando devam forçosamente continuar por mar a sua viagem, durante tantos dias quantos forem os da demora *indispensável*.

§ 1.º Só terão direito ao mesmo subsídio durante o período máximo de dois dias, quando, devendo prosseguir a viagem por terra, necessitem dêsse prazo para fazerem visar os seus passaportes ou guias de marcha nos consulados em que essa formalidade haja de realizar-se, ou durante os dias em que não consigam lugares nos caminhos de ferro, o que os competentes consulados de Portugal certificarão nos mesmos documentos.

§ 2.º Não terão direito ao subsídio quando, salvo o disposto no artigo 6.º, não sejam necessárias as formalidades indicadas no parágrafo antecedente.

Art. 6.º Os funcionários em trânsito que devam continuar a sua viagem por terra têm direito: ao competente subsídio de um dia, quando, havendo desembarcado a hora em que já tenha partido o trem que deviam utilizar, só disponham de outro trem no dia seguinte; e a metade do subsídio, quando no mesmo dia, entre a hora do desembarque e a da partida do trem, haja, pelo menos, um intervalo de seis horas.

Art. 7.º Os funcionários em trânsito, por terra, sem direito a comedorias pelos regulamentos especiais das colónias a que pertençam, terão direito a metade do competente subsídio diário por cada vinte e quatro horas de viagem de terra, só podendo ser feito este abono quando das suas guias ou passaportes conste a duração das respectivas viagens, certificada pelo cônsul de Portugal na localidade onde a viagem por terra tiver começo ou fim.

Art. 8.º Em todos os casos dos artigos antecedentes em que os funcionários têm direito a subsídio, àqueles que forem acompanhados de família com passagem paga pelo Estado será abonado um suplemento de 50 por cento do mesmo subsídio com relação a cada uma das pessoas adultas da família e de 25 por cento com relação a cada criança até a idade de 12 anos completos.

Art. 9.º Aos funcionários que por lei têm direito a fazer-se acompanhar de um criado, será abonado, como suplemento, o subsídio diário, correspondente à 3.ª classe, em todos os casos em que os mesmos funcionários tiverem direito a subsídio.

Art. 10.º Em todos os casos em que os funcionários em trânsito tenham de demorar-se em portos nacionais ou estrangeiros por período de tempo superior a vinte dias, o subsídio correspondente aos dias excedentes só poderá ser feito depois de dado conhecimento dessa demora, pela via mais rápida, aos governadores das colónias a que os mesmos funcionários pertençam ou ao Ministério das Colónias.

Art. 11.º Os subsídios diários de que trata este diploma só podem ser abonados quando das guias de marcha ou passaportes constem as competentes declarações de chegada e partida, passadas pelas respectivas autoridades administrativas ou consulares portuguesas.

Art. 12.º As guias de marcha ou passaportes dos funcionários indicarão, sempre que for possível, o itinerário que os funcionários têm de seguir, itinerário que, devendo ser o mais directo, rápido e económico possível,

só pode ser modificado, em harmonia com as melhores condições de rapidez e economia, pelas competentes autoridades administrativas ou consulares portuguesas, que justificarão sempre nos mesmos documentos as modificações que fizerem.

§ único. Sempre que os itinerários não forem marcados ou modificados nos precisos termos a que o presente artigo se refere, ficarão responsáveis pelos excessos de despesa que houver as autoridades que os fixarem ou alterarem.

Art. 13.º Se os funcionários, pessoas de sua família e o criado a que por lei tiverem direito, viajando por conta do Estado, chegarem com as passagens pagas sómente até determinada localidade, poderá a autoridade administrativa ou consular portuguesa dessa localidade abonar-lhes o transporte complementar na classe que lhes competir.

§ único. Não viajando por conta do Estado, nenhum abono poderá ser feito aos funcionários seja a que título for.

Art. 14.º Além dos abonos que o presente diploma autoriza, nenhuns outros poderão ser feitos, por conta das colónias, aos funcionários em trânsito sem autorização expressa dos governadores respectivos ou do Ministro das Colónias.

Art. 15.º Os consulados de Portugal deverão sempre designar nas guias de marcha ou passaportes dos funcionários os abonos que lhes fizerem, sem o que não serão os respectivos cônsules reembolsados dêsse abonos.

Art. 16.º Para obviar às despesas que para o Estado resultam da concessão dos subsídios a que a presente portaria se refere, deverão os governadores facultar aos funcionários, de preferência, o bilhete de passagem e, sempre que a deslocação não for urgente, determinar que sigam ao seu destino por via marítima, escolhendo, de entre as empresas estrangeiras de navegação que tenham de ser utilizadas, aquelas que façam as viagens com maior economia.

Art. 17.º Aos funcionários que tenham recebido a sua passagem a dinheiro cumpre entregar nas repartições onde efectuarem a sua apresentação uma nota, tam minuciosa e documentada quanto possível, do emprêgo que fizerem dos dinheiros do Estado, restituindo o que não tenha sido necessário para pagamento da mesma passagem.

Art. 18.º Os funcionários deverão sujeitar-se, tanto quanto possível, ao itinerário que, segundo o disposto nesta portaria, lhes for indicado pelos respectivos Governos, recebendo os bilhetes ou os abonos de passagem calculados simplesmente para esse itinerário.

§ único. A falta de cumprimento do que fica disposto neste artigo, por caso de força maior, obriga os funcionários a apresentarem uma justificação minuciosa e documentada.

Art. 19.º Os funcionários em trânsito entrê a metrópole e as colónias, ou dumas colónias para as outras, com passagem paga pelo Estado, serão indemnizados do excesso de bagagem em caminho de ferro, até 100 quilogramas por cada pessoa adulta de sua família, e 50 quilogramas por cada menor, quando apresentem documento comprovativo do peso e das importâncias pagas.

Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1920. — O Ministro das Colónias, *Fernando Pais Teles de Utramaçhado*.

Direcção Geral do Fomento

1.ª Repartição

Decreto n.º 6:615

Atendendo ao que representou a Companhia do Niassa, pedindo a aprovação de modificações aos artigos 29.º, 30.º e 31.º do regulamento de minas, aprovado por de-